

# As últimas independências na América do Sul: Guyana e Suriname

*Iuri Cavlak*





## resumo

Neste artigo, objetivo selecionar e discutir alguns aspectos do processo histórico de independência política da Guyana, antiga Guiana Inglesa, ocorrida em 1966, e do Suriname, antiga Guiana Holandesa, ocorrida em 1975. A conjuntura da segunda metade do século XX, a formação multiétnica de cada sociedade e as tradições advindas de metrópoles não ibéricas são aspectos marcantes para as diferenças em relação aos demais processos de independência dos países sul-americanos.

---

**Palavras-chave:** Guyana, Suriname, independência, história.

## abstract

*In this article, I aim to select and discuss some aspects of the historical process of political independence of Guyana, formerly English Guiana, which occurred in 1966, and Suriname, formerly Dutch Guiana, which occurred in 1975. The conjuncture of the second half of twentieth century, the multiethnic formation of each society and the traditions arising from non-Iberian metropolises are striking aspects for the differences in relation to other processes of independence in South American countries.*

---

**Keywords:** Guyana; Suriname; independence; history.

# G

uyana e Suriname são países deveras peculiares na América do Sul. Embora encravados no continente, possuem uma formação histórica mais ligada ao Caribe, uma “Amazônia caribenha”, no instigante conceito do historiador Reginaldo Gomes de Oliveira (2020). Relativamente pouco povoados, com metade de suas respectivas populações vivendo no estrangeiro, possuem atividades terciárias concentradas na área costeira, enquanto a mineração, a exploração florestal e o ecoturismo ocupam o interior. Em termos históricos, destaca-se a independência tardia de ambas as nações. A Guyana<sup>1</sup>, antiga Guiana Inglesa, logrou sua independência política frente à Inglaterra em maio de 1966, enquanto o Suriname obteve emancipação política frente à Holanda em novembro de 1975.

O pano de fundo de tais processos repousou nas configurações políticas

e econômicas do pós-Segunda Guerra Mundial. No caso da Guyana, um forte movimento socialista que se estruturou nos anos 1950, levando a uma notável efervescência política na primeira metade dos anos 1960. No caso do Suriname, a desaceleração acentuada do crescimento econômico no início dos anos 1970, impulsionando o Parlamento holandês a encaminhar o processo de ruptura.

Interessante sublinhar a diferença de época em relação às demais independências da América do Sul. Dentro da crise

---

1 Em 1966, o país trocou o nome colonial de Guiana Inglesa para Guiana. Em fevereiro de 1970, o líder Forbes Burnham decretou a República Cooperativa, trocando o “i” pelo “y”, buscando uma forma mais autóctone de nomenclatura. Desse modo, embora o termo Guiana seja aceito no português, a grafia mais correta é “Guyana” (Linhares, 2011).

---

**IURI CAVLAK** é professor de Teoria da História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e dos mestrados acadêmicos (PPGH) e profissional (Profhistória) da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

que se abriu em princípios do século XIX, por conta das guerras napoleônicas e do próprio ocaso do antigo sistema colonial como um todo, uma série de territórios foi se emancipando politicamente. No início dos anos 1820, com exceção das Guianas, o subcontinente já estava conformado por recém-criados países. A posterior construção dos novos Estados indicou problemas em comum, o que estimulou, no século XX, uma historiografia que buscou estudar essas nações de maneira aprofundada e comparada.

Desse modo, uma tradição de reflexão e divulgação dos problemas e possibilidades dessas independências se consolidou no horizonte da historiografia, em contraste com a região das Guianas, que, tendo em vista a bibliografia em língua portuguesa, pouco foi trabalhada.

Por sua vez, a Guiana Francesa viveu um processo de escolarização que fortificou seus laços com a metrópole. As cartilhas estudantis do século XIX foram preenchidas com elogios e destaques para a cultura e civilização francesa. No século XX, a departamentalização do território, em 1945, e a construção da Base Espacial Europeia, nos anos 1960, selaram ainda mais a ligação estratégica com Paris. Leis de descentralização implementadas pelo governo de François Mitterrand, em 1982, aplacaram as aspirações mais radicais por independência. Assim, a Guiana Francesa seguiu enquanto único território não independente do entorno, portanto fora da nossa análise no momento.

Neste artigo, pretendo contextualizar, ainda que de maneira breve e panorâmica, os processos históricos que desembocaram na independência política da Guyana e do Suriname, através da análise da bibliogra-

fia de língua inglesa. Objetivo articular o plano de fundo estrutural, comum à região naquele período, com a peculiaridade da formação social de cada colônia em marcha para a emancipação.

O trabalho se articula em torno de alguns estudos históricos seminais para o entendimento do objeto. No caso da Guyana, o livro de Thomas Spinner Jr., publicado nos anos 1980, e mais recentemente o elogiado livro de Stephen Rabe, publicado em 2005 nos Estados Unidos. Obras de difícil acesso e ainda sem tradução para o português, se mostram indispensáveis, sobretudo, por seguras interpretações baseadas em denso trabalho de arquivo. Rabe, por exemplo, acessou documentação primária que não estava disponível mesmo para historiadores guianeses.

No que tange ao Suriname, os livros de Roger Janssen (2011) e Rosemarijn Hofte (2014) são fulcrais, com importância inflacionada pelo fato de grande parte da bibliografia sobre o país estar em holandês, de cotejamento ainda mais dificultoso.

Tanto a Guyana quanto o Suriname foram circunscritos fortemente pelo campo de força da Guerra Fria e, estando dentro dele, tentaram barganhar maior autonomia. Em fevereiro de 1970, o então primeiro-ministro guianês, Forbes Burnham, rompeu compromissos com os norte-americanos e ingleses e declarou a República Cooperativa da Guyana, que se queria um socialismo mais radical que Cuba e União Soviética. Inseriu seu país no Caricom (Mercado Comum do Caribe) e no Movimento dos Países Não Alinhados.

Em fevereiro de 1980 o jovem coronel Desi Bouterse liderou um golpe de Estado no Suriname, que progressivamente moveu

o país, por um certo período, ao campo socialista, gerando imensa preocupação no entorno regional, àquela altura convulsionado por outros movimentos de cunho nacionalista e socialista (sandinismo na Nicarágua, Maurice Bishop em Granada, Frente de Libertação Nacional em El Salvador, Michael Manley na Jamaica).

Para o atual trabalho, optei por construir uma análise que entrelace os dois países, apontando para os seus paralelismos – suas independências tardias e sua diversidade étnica – e para suas especificidades no contexto americano.

## A INDEPENDÊNCIA DA GUYANA

Ao final da Segunda Guerra Mundial a política se elevou a um problema-chave na Guiana Inglesa, com as classes subalternas esperançosas na independência política e na construção da nova nação. O esforço de guerra britânico com a mobilização total para a vitória sobre os alemães espalhou um sentimento nacionalista pelas colônias. O prestígio da União Soviética igualmente se fez presente. Uma conjunção entre liberdade política e socialismo se firmou no horizonte local.

Em 1946, Georgetown foi sede do primeiro congresso dos trabalhadores do Caribe, que hospedou vários proeminentes líderes sindicais da região. A tradição de luta do povo guianês, inscrita na história desde as revoltas de africanos escravizados, com destaque para a rebelião de Demerara de 1823, brilhantemente reconstituída pela historiadora Emilia Viotti da Costa, foi galvanizada naquele novo momento (Costa, 1998). Fortaleceu-se a liderança de Che-

ddi Jagan e sua esposa, Janet Chagan, que haviam frequentado, no entreguerras, grupos de discussão sobre marxismo e conferências do Partido Comunista nos Estados Unidos. Havia uma tradição sindical na Guiana Inglesa desde o final do século XIX.

Se comparada aos países colonizados por Espanha e Portugal, a Guyana conheceu um processo bastante singular de imigração pós-abolição da escravidão. Em 1834, a escravidão negra foi encerrada nas possessões britânicas na América, seguida por um período de transição que se estendeu até a definitiva abolição, em 1838. A partir de então, a Inglaterra buscou mão de obra barata para seus domínios coloniais, beirando a semiescravidão, que viesse à Guyana através da imigração. Daí a escolha da Índia como fornecedora dessa mão de obra, colônia pobre e já superpopulosa. Ao invés de italianos, russos, alemães, espanhóis e japoneses, a exemplo das colônias ibéricas, os indianos dividiriam com os descendentes de africanos escravizados a hegemonia numérica na sociedade guianesa.

Outrossim, um número significativo de chineses e portugueses das ilhas da Madeira e dos Açores chegaram ao longo do século XIX, para trabalharem no setor do comércio. Nas fazendas se fixaram os indianos, via de regra, e nas cidades, nos trabalhos pesados, os afro-guianenses.

Seguindo no imediado pós-guerra, foi fundado o Political Affairs Committee (PAC), muito próximo de um partido político formal, agregando no topo da organização o marxista H. J. M. Hubbard e o movimento trabalhista negro, sob liderança de Ashton Chase (Spinner Jr., 1984, p. 11). Em 1947, ocorreram as primeiras eleições parlamen-

tares na colônia, com a solitária vitória de Jagan como deputado opositorista.

Na metrópole, o Partido Trabalhista, sob direção de Clement Attlee, animava a militância na colônia, que imaginava próxima a abertura do processo de independência. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se patente a decadência do colonialismo inglês e a necessidade dessa nação de se livrar do problemático mundo colonial, embora de forma gradual e controlada. Na Guayana, determinados setores da militância chegaram ao acordo da necessidade de um partido político de inspiração socialista, que reunisse todas as etnias em torno da perspectiva marxista. Assim, com a entrada do influente advogado negro formado em Londres, Forbes Burnham, o Political Affair Committee deu um passo adiante e, em 1950, constituiu-se no Peoples Progressive Party (PPP).

Rapidamente se espalhou pelo Caribe, Inglaterra e Estados Unidos a percepção de que a Guayana Inglesa estava infiltrada de comunistas. O crescimento do PPP se dava concomitante à Guerra da Coreia e ao macarthismo, resultando em mais um difícil obstáculo para os guianeses. Em 1952, Jagan e sua esposa foram proibidos de entrar em vários países, seguidos pela apreensão de livros e panfletos oriundos da Inglaterra, enviados pelo Partido Trabalhista e pelo Partido Comunista Inglês, este último bastante simpático à causa do PPP (Spinner Jr., 1984, p. 35).

Em 1953, com um novo governador colonial, ocorreu a eleição legislativa para 24 cadeiras no Parlamento guianense. Em um clima festivo e de empolgação, o PPP conquistou sua primeira grande vitória, com 51% da votação e 18 cadeiras, sal-

tando sua representação única (somente Jagan) para a maioria de deputados. A administração republicana nos EUA e os conservadores na Inglaterra se mostraram ainda mais preocupados com essa situação. Jagan e Burnham, com outros seis parlamentares, formaram o Conselho Executivo da Colônia, dirigindo-a junto com o governador nomeado por Londres.

A intervenção norte-americana teve início quando vários representantes da recém-criada International Confederation of Free Trade Unions (ICFU) desembarcaram em Georgetown. Tratava-se de uma central sindical anticomunista, patrocinada pela CIA e pronta para atividades contra os governos que não seguiam Washington. Ainda em 1953, dirigiu-se à Guayana o líder sindical Serafino Romualdi, que, com grandes somas, passou a conquistar o apoio de vários sindicatos locais, preparando a desestabilização do PPP (Spinner Jr., 1984, p. 41).

Tanto os representantes da empresa Booker Brothers quanto da Aluminiun Canada se dirigiram ao governo conservador em Londres acusando a conivência do governador da colônia com a “ascensão do comunismo” (Rabe, 2005, p. 40). No começo de outubro, tropas inglesas baseadas na Jamaica e em Bermuda foram enviadas para o continente, sendo que, em 9 de outubro de 1953, posteriormente conhecida como “Sexta-Feira Negra”, a colônia foi militarmente ocupada, a constituição, suspensa e os líderes do PPP, proscritos e posteriormente presos. Apenas 133 dias separaram a vitória eleitoral do PPP da cassação e do encarceramento de suas lideranças (Rabe, 2005, p. 46).

No seio do PPP, ocorreu uma divisão entre os principais líderes. Forbes Burnham,

aparentemente já em contato com os agentes anglo-americanos, começou a culpar os erros do partido, seu “radicalismo”, pela intervenção armada e o atraso no processo de independência política.

O governo inglês, entre 1951 e 1963 nas mãos dos conservadores, formulou um novo plano de desenvolvimento para a colônia, centrado na atividade exportadora em detrimento da distribuição de renda, não obstante tímidos avanços na seguridade social tenham sido atingidos. O resultado do ponto de vista econômico foi pífio, sem diversificação econômica e taxas de crescimento abaixo de 3% ao ano.

Em agosto de 1957, novas eleições tiveram lugar na Guiana Inglesa. Mesmo concorrendo contra cinco outras facções, mais uma vez o PPP e Cheddi Jagan saíram vitoriosos, conquistando nove das 14 cadeiras em disputa, número de votos maior que todos os outros grupos somados. Abatido pela derrota para a outra ala do partido, Burnham saiu em definitivo do PPP e criou o Peoples National Congress (PNC). Por sua vez, Jagan se tornou chefe de Gabinete e ministro da Indústria e Comércio, sua esposa, Janet Jagan, ministra do Trabalho, e outros partidários assumiram os principais ministérios (Spinner Jr., 1984, p. 73). Na visão de Kimani Nehusi, a Guiana Inglesa era o único lugar de todo o Caribe britânico que possuía um partido marxista radical enquanto principal força política (Nehusi, 2009, p. 362).

De acordo com Stephen Rabe, 1961 foi o ano de maior prosperidade na história econômica e política da Guiana no século XX, com o crescimento da exportação de açúcar e arroz somado à abertura da exploração de manganês. A renda *per capita*

subiu para US\$ 384, superior à média do Caribe, então abaixo de US\$ 200. A população atingiu a marca de 600 mil habitantes, com melhoramentos no sistema público de saúde (Rabe, 2005, p. 76).

O contexto internacional, por outro lado, seguiu apresentando constrangimentos ao PPP. Spinner Jr. afirma que “uma cruzada de grupos anticomunistas oriundos dos Estados Unidos viajou para a Guiana Inglesa para trabalhar contra Jagan na campanha eleitoral, e diversos congressistas e senadores lamentaram a possibilidade de outro Castro no Caribe” (Spinner Jr., p. 82). Em 1961, a Jamaica abandonou a Federação das Índias Ocidentais, um organismo político que visava a encaminhar graus progressivos de soberania na região. Em 31 de maio de 1962, tornar-se-ia a primeira colônia britânica no Caribe a conquistar sua independência política (D’Agostinho & Hilman, 2009, p. 107), abrindo um precedente para seus vizinhos caribenhos.

Uma das soluções encontradas por Washington foi dinamizar o patrocínio para a coalizão entre Burnham e Peter D’Aguiar, empresário de ascendência portuguesa do ramo de bebidas, contra Jagan, incrementando o apelo étnico do PNC aos eleitores negros. Em março de 1963, no contexto da discussão da implementação de novas leis trabalhistas, uma onda de *lockout* se espalhou pela colônia. Os donos das fazendas e das minas paralisaram a produção, funcionários públicos cruzaram os braços e os trabalhadores negros, claramente fomentados contra seus parceiros indianos, apoiaram o movimento paredista. A estimativa é de que a CIA tenha gastado cerca de 1 milhão de dólares nessa operação, alimentando e pagando salários para

50 mil grevistas por dois meses (Spinner Jr., 1984, p. 101).

Em outubro, o método eleitoral foi mudado para o voto proporcional, quebrando o sistema de contagem simples que até então havia colocado o PPP na primeira posição. Também o número de vagas em disputa subiu para 53. Às vésperas da eleição, até uma irmã dissidente de Fidel Castro esteve em Georgetown para alavancar a histeria anticomunista. Em 7 de dezembro de 1964, a última eleição na colônia foi levada a cabo, com mais uma vitória do PPP, todavia com 46% dos votos (24 parlamentares), seguido pelo PNC com 40,5% (22 parlamentares) e pela UF (United Force, partido de D'Aguiar) com 12,4% (sete parlamentares). A união entre o segundo e o terceiro colocados deslocou o PPP da hegemonia no governo e Burnham se tornou chefe do Gabinete de Ministros (Spinner Jr., p. 106).

O governo de Burnham contou com o apoio de Londres e Washington, opondo-se às principais diretrizes que o PPP até então vinha desenvolvendo. Reforçou a polícia e o nascente exército guianense com a população negra, incitando as divisões étnicas. Em maio de 1964, uma onda de violência de negros contra os indianos assolou a colônia. Até o fim do ano, seriam registradas 368 brigas entre afro-guianenses e indianos, matando 200 e ferindo 800 indianos, com 13 mil guianenses fugindo da colônia na condição de refugiados (Rabe, 2008, p. 126). Em 26 de maio de 1966, nasceu a Guiana independente, sob forte tensão racial e social.

Como de praxe, os Estados Unidos liberaram um empréstimo de US\$ 5 milhões para o recém-criado país. Através da Aliança Para o Progresso, mais US\$ 25 milhões aportaram entre 1965 e 1967. Em

1968, uma eleição totalmente fraudada aumentou o poder de Forbes Burnham e seu partido. Inventou-se o voto de procuração, com listas de inexistentes guianenses supostamente no exterior. Até o nome de cavalos que pastavam em Londres entraram no rol de eleitores a favor do PNC (Spinner Jr., 1984, p. 125).

## **A INDEPENDÊNCIA DO SURINAME**

Mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial, a exploração de bauxita continuou como atividade econômica principal no Suriname. Assim, o novo arranjo político foi marcado pela transferência da administração colonial para as mãos da acanhada elite local, enquanto a economia seguiu sendo comandada de Amsterdã. Os planos de desenvolvimento postos então em marcha contaram com empréstimos e financiamentos metropolitanos, como o plano de dez anos (1955-1964), os planos complementares de 1962 e 1965 e os planos quinquenais de 1967-1971 e 1972-1976.

As principais áreas contempladas foram a agricultura – primeiro, de pequenos produtores, mas logo com ênfase nas grandes fazendas de exportação de bananas e arroz – e as estradas, para viabilizar o transporte de matérias-primas do interior para o porto de Paramaribo. Muitas pistas de pouso foram abertas para que os aviões circulassem à procura de possíveis jazidas de ouro e outras riquezas minerais escondidas na mata (Dew, 1996, p. 96).

Visando a apaziguar revoltas e reforçar sua hegemonia, o governo tentou absorver a população através da implantação de infraestrutura no interior, como escolas e hospitais.



Um chefe dos *bosjesman* ou *bush negroes* em uma visita ao governador de Paramaribo.  
Original na Biblioteca John Carter Brown

Muitos missionários, com incentivo governamental, se deslocaram para a selva no intuito de catequizar os *bush negroes* e o restante da população ameríndia<sup>2</sup>. O problema educacional e a barreira da língua continuaram sendo um entrave, na medida em que a maioria das escolas implantadas era apenas de primeiro grau e focada no idioma holandês, de resto pouco falado fora da capital.

Na questão política, a administração colonial apontou uma comissão formada por membros do partido Unie Suriname

para discutir a formulação de uma futura Constituição. Delegação que só contou com afro-surinameses, sem representação indiana ou javanesa, o que levou imediatamente à formação do Hindostaans-Javaanse Centrale Raad, reunindo 13 organizações religiosas e algumas de caráter sindical na defesa dos interesses étnicos. Dessa organização surgiu o primeiro partido político do Suriname, em 1946, o Moeslim Partjd (Partido Muçulmano) (Hoefete, 2014, p. 99-100).

A questão étnica no Suriname apresentou peculiaridades como na vizinha Guyana. Após a abolição da escravidão, em 1863, a opção por mão de obra imigrante recaiu sobre os súditos do reino dos Países Baixos, na época, basicamente, as populosas ilhas da Indonésia e de Java. De lá veio a nova força de trabalho, que se combinou com os afro-surinameses, conferindo um caráter plural no quesito cultural e religioso.

2 *Bush negroes* ou “negros da mata” é o nome atribuído aos grupos sociais formados por africanos escravizados que lograram fugir das senzalas e se instalar permanentemente no interior. Conquistaram em muitos casos reconhecimento do Estado, fazendo acordos políticos e comerciais. Os *bush negroes* desenvolveram idioma e modo de vida próprios e são reconhecidos hoje como grupos autônomos dentro do Estado surinamês.

Assim, outros partidos surgiram nessa linha, e mesmo o Unie Suriname se dividiu entre o Protestant Nationale Partij Suriname (Partido Nacional do Suriname, baseado no movimento evangélico) e o Roman Catholic Progressieve Surinaamse Volkspartij (Partido Popular Progressista do Suriname, baseado no catolicismo). Entre 1946-1947, mais dois partidos surgiram, Verenigde Hindostaanse Partij (Partido Unido dos Hindus) e o Kaum Tani Persatuan Indonesia (União dos Camponeses Indonésios). Como todos os nomes indicam, eram agremiações políticas centradas na religião (Hoefete, 2014, p. 100).

Um reflexo das condições sociais locais, essa forma de partido era mais tolerada pela administração holandesa, na medida em que a união classista aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores da colônia. O estilo de se fazer política fortaleceu o clientelismo e a divisão racial, pois cada grupo se comprometia a melhorar a vida dos adeptos de sua religião e etnia, negligenciando a noção de espaço público e demandas universais. Acesso a direitos, cargos e bem-estar estava condicionado à lealdade em detrimento da generalização das demandas. “Coalizões não eram baseadas em plataformas políticas compatíveis senão em oportunistas e pragmáticas considerações para ganhar poder” (Hoefete, 2014, p. 100).

Com a permissão de estabelecimento de sindicatos por categorias, ocorreu uma inversão do esquema tradicional, ou seja, o sindicato tendia a representar a totalidade, trabalhadores de diferentes raças e credos, enquanto o partido era o lugar da particularidade.

A metrópole não podia ignorar os novos ventos de descolonização que sopravam no pós-guerra, sobretudo, enfrentando e per-

sendo a luta pela manutenção da posse da Indonésia. De modo que, em 1948, ocorreu a primeira conferência entre a Holanda e suas colônias caribenhas para tratar da autonomia política. Em 1954, o Suriname, com as Antilhas Holandesas, formalmente recebeu o *status* de território autônomo, embora as questões relativas às relações exteriores, defesa da soberania e “garantia de bom governo” permanecessem sob jurisdição de Haia (Hoefete, 2014, p. 100).

As incertezas que a economia mundial apresentou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 reverberaram no Suriname. Várias greves e manifestações se fizeram presentes, confirmando a maior tendência de radicalismo dos sindicatos. Os partidos, por sua vez, embora já pautassem a questão da independência, temiam pela espiral de conflitos étnicos uma vez perdido o “guarda-chuva” holandês, trabalhando de maneira cautelosa e temática.

Na multiétnica sociedade surinamesa, a dificuldade de estabelecer marcos fundadores, como feriados nacionais, hinos e bandeiras, conspirava contra a formação de um novo país, pois um acontecimento importante para os javaneses nada significava para os hindus, afro-surinameses e assim por diante. A “invenção das tradições”, *sine qua non* para uma nação moderna, se apresentava algo como um enigma. No começo dos anos 1970, a população totalizava pouco mais de 379 mil pessoas, sendo 148 mil hindus, 118 mil afro-surinameses, 58 mil javaneses, 39 mil *bush negroes* e 10 mil ameríndios (Hoefete, 2014, p. 108).

Por outro lado, a despeito de contar com povos ancestrais de tradicional alta taxa de natalidade, a população surinamesa crescia

de forma rastejante. As razões para isso se assentavam na mortalidade infantil e na imigração ininterrupta para a Holanda, sobretudo, de estudantes e de mão de obra qualificada em busca de melhores condições de trabalho e salário. Deslocados de seu hábitat originário, os indianos não reproduziram na América a fecundidade demonstrada em seu continente de origem. Talvez outro Suriname, em torno de 200 mil pessoas, vivia no estrangeiro, ao passo que a população local passou a contar, segundo números da época, com mais da metade da população com menos de 19 anos de idade (Hoefete, 2014, p. 110).

Em maio de 1974, a intenção surinamesa de se retirar do reino foi reconhecida, resultando numa série de reuniões entre representantes da metrópole e da colônia, particularmente na primeira metade de 1975. Roger Janssen chama a atenção para a falta de um referendo popular ou mesmo lutas mais acirradas em torno da questão da independência. Nas campanhas parlamentares que a antecederam, alguns dos principais partidos evitaram pautar o imbróglgio, temendo afastar o eleitorado (Janssen, 2011, p. 22).

Em outubro de 1975, o Parlamento holandês, mesmo recebendo pressão do Partido Hindu do Suriname para atrasar o processo, votou a favor da separação. Foram 106 votos a favor contra cinco entre os deputados, e 53 a favor contra 11 entre os senadores metropolitanos. Se havia muitas dúvidas em Paramaribo sobre a separação, em Haia a certeza era de que não convinha mais manter formalmente uma colônia problemática, em razão do desgaste tanto político quanto econômico (Janssen, 2011, p. 23).

Após 25 de novembro de 1975, quando oficialmente surgiu uma nova nação, a

situação não mudou substancialmente. Em se tratando de uma economia deficitária, uma sociedade pobre, sem grandes ligações com o Caribe e com o restante da América do Sul, a Holanda continuou sendo a sua grande referência. Mais que isso, a antiga classe dirigente continuou no poder. J. H. E. Ferrier, então governador colonial, tornou-se líder da nova nação.

As primeiras embaixadas abertas foram em Haia, Washington, Cidade do México, Brasília e Bruxelas. Por outro lado, Holanda, Indonésia, Guyana, Venezuela, Coreia do Sul, Estados Unidos, França e Brasil inauguraram embaixadas em Paramaribo. Nas instituições maiores, o país entrou na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como no Movimento dos Países Não Alinhados. Em 1978, o Suriname entraria de vez na órbita da diplomacia brasileira, com o ingresso pleno na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A Holanda implementou uma diretriz facilitando a imigração de surinameses entre 1974 e 1980, visando não só a diminuir a pressão social interna como também a continuar na condição de sua principal parceira. Todos que chegassem ao território holandês até 1980 teriam reconhecida sua cidadania, sendo a partir de então tratados como estrangeiros. No tocante à migração desses anos, a conta chegou a mais de 112 mil pessoas, em grande parte mão de obra qualificada.

A queda do preço internacional da bauxita aliada a esse fluxo migratório diminuiu os lucros das multinacionais que operavam a exploração desse mineral. Embora a produção agrícola estivesse focada no arroz e complementada pelo açúcar, frutas cítricas,

café, cacau e banana, não dava conta de alimentar o mercado interno, sendo necessária a importação de alimentos. Três quartos da mão de obra se encontravam na zona rural (Janssen, 2011, p. 43).

Mesmo com a nação emancipada politicamente, a economia continuou controlada por interesses estrangeiros. O maior exemplo disso foi a mineração e o processamento da bauxita, uma indústria nas mãos dos norte-americanos, controlando a Suralco, e dos holandeses, donos da Billiton. No ramo alimentício, a United Fruit Company monopolizou a produção de bananas, enquanto a Surinam-American Industry dominou a indústria da pesca e frutos do mar. A SML respondia pela produção de arroz, competindo com pequenos produtores que, incapazes de acompanhar o avanço tecnológico e o domínio do mercado, invariavelmente padeciam sob o domínio dessa empresa. Na exploração da madeira, outra multinacional tinha destaque, a Bruynzeel. Bancos e companhias de seguros também estavam sob responsabilidade estrangeira, bem como os setores de construção civil, gás e eletricidade (Janssen, 2011, p. 46). A única grande companhia que destoava era a Marienburg, que havia sido vendida para o Estado surinamês pelo preço simbólico de um florim, em 1974, e ainda participava da produção de açúcar. Descapitalizada e com o Estado assumindo seus débitos, se mostrava em dificuldades.

A atividade econômica controlada por surinameses estava restrita aos pequenos negócios e ao comércio varejista. Os empréstimos holandeses via de regra atendiam primeiramente aos interesses das grandes empresas, o que piorava ainda mais esse cenário. O acordo financeiro no momento

da independência, quando a Holanda se comprometeu a liberar 3,5 bilhões de florins em 15 anos para o desenvolvimento da antiga colônia, foi batizado de “Aperto de Mão Dourado”, embora muitos o tenham caracterizado como “Algemas Douradas” (Janssen, 2011, p. 48).

Na medida em que as condições sociais da maioria da população não se elevaram com o país emancipado, germinou em grande parte dos surinameses o sentimento de que a culpa de todos os males estava na economia controlada por grupos estrangeiros e na política a cargo de aliados da ex-metrópole. Sem uma burguesia capaz de formular um projeto de desenvolvimento autossustentado, de resto, de efetividade pouco provável naquela fase da economia mundial, os militares buscaram assumir a tarefa de interpretar a insatisfação popular e canalizá-la para mudanças significativas.

O Exército surinamês era formado por alguns quadros idealistas de contato mais estreito com noções de soberania e nacionalismo. Em 25 de fevereiro de 1980, um grupo de jovens coronéis, liderados por Desi Bouterse, então contando apenas 28 anos, tomou o poder em nome da consigna geral de “combate à corrupção”.

Os grupos mais interessados em política e com maior capacidade de formulação de programas eram aqueles ligados a greves do início dos anos 1970, funcionários públicos e trabalhadores das multinacionais que desenvolviam uma consciência que ultrapassava o universo religioso e os limites das pequenas comunidades interioranas. Não à toa foram esses quadros que o Exército convocou para ajudar na administração do país após o golpe.

Nesse sentido, com a presença de políticos de esquerda e sindicalistas no governo,

o Estado foi elaborando planos de reformas sociais e administrativas, bem como no terreno da representação política. Por ser uma nação que não contava mais do que seis anos de vida e na falta de macropolíticas estruturadas de maneira endógena, a busca por modelos e parceiros internacionais se tornou fulcral para as transformações almejadas. Procurando no entorno regional uma inspiração de nacionalismo que mais se aproximasse do ideário de igualdade e independência, com tamanho similar e disposição para o estabelecimento de parcerias, a ditadura surinamesa se debateu com algumas alternativas. Para Rosemarijn Hoefete, “dentro do conselho militar um debate ideológico a propósito do futuro do Suriname teve lugar: o país deveria permanecer uma democracia de estilo ocidental ou se tornar uma democracia popular como Cuba e Nicarágua?” (Hoefete, 2014, p. 139).

Naquele momento, o modelo cubano foi o escolhido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guyana sempre teve uma forte ligação com o movimento sindical inglês, o que ajuda a explicar uma maior radicalidade de

suas lutas sociais. Na primeira metade dos anos 1960, tradições sindicais com o ideário nacionalista e o horizonte socialista configuraram um momento original, canalizado para uma transição dentro dos moldes aceitos por Londres e Washington.

O país não regrediu ao estatuto colonial, embora tenha sofrido um redirecionamento de seu sistema político e de sua economia a partir de 1970, até praticamente a morte de Forbes Burnham, em 1984.

O Suriname, por seu turno, concretizou sua independência com uma mobilização social bem menor que a do seu vizinho. Uma sociedade em diáspora, com grande fragmentação étnica e linguística, não logrou erguer um Estado pós-colonial sólido. Além disso, o país atravessou logo após a emancipação um momento turbulento, com o golpe militar de 1980, até o restabelecimento parcial de uma normalidade democrática, a partir dos anos 1990.

Deveras complicadas as condições no cenário internacional dos anos em tela para a entrada de nações independentes em seu bojo. De modo que se segue sendo um desafio atual o fortalecimento dessas sociedades, no sentido da funcionalidade das estruturas estatais e dos padrões aceitáveis de equidade entre suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, E. V. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a revolta dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- D'AGOSTINHO, T.; HILLMAN, R. (eds.). *Understanding the contemporary Caribbean*. Colorado, Lynne Rienner Publishers, 2009.
- DEW, E. *The difficult flowering of Suriname: ethnicity and politics in a plural society*. Paramaribo, Vaco NV, 1996.
- HOEFETE, R. *Suriname in the long Twentieth Century: domination, contestation, globalization*. New York, Palgrave Macmillan, 2014.
- JANSSEN, R. *In search of path: an analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991*. Leiden, KITLV Press, 2011.
- LINHARES, E. C. *A política externa da Terra dos Seis Povos: a República Cooperativa da Guiana*. Curitiba, Juruá, 2013.
- NEHUSI, K. "The development of political organization up to 1953", in W. Macgowan; J. Rose; D. Granger (orgs.). *Themes in African-Guyanese History*. Londres, Hansib, 2009.
- OLIVEIRA, R. G. *Amazônia Caribenha: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana*. Boa Vista, Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020.
- RABE, S. *U.S. Intervention in British Guiana: a cold war history*. Washington, North Carolina Press, 2005.
- SPINNER JR., T. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado, Westview Press, 1984.